

Câmara de SP aprova avanço de APA no extremo sul da capital

Projeto prevê criação de área ambiental em região de mananciais de Embura-Jaceguava

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, na última quarta-feira (27), um parecer favorável ao Projeto de Lei 301/2023, que propõe a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) na região de Embura-Jaceguava, no extremo sul da capital paulista.

Outras comissões

A proposta é analisada de autoria dos vereadores Rodrigo Goulart (PSD) e Thammy Miranda (PSD) e segue agora para análise de outras comissões temáticas antes de eventual votação em plenário. O projeto prevê a delimitação de uma área voltada à preservação ambiental e ao controle do uso e ocupação do solo em uma região considerada estratégica para a proteção de mananciais na cidade.

De acordo com o texto apresentado e apreciado na Câmara

Municipal, a APA abrangeria áreas de vegetação nativa, cursos d'água e trechos inseridos em regiões de proteção ambiental já existentes. A justificativa da proposta dos dois vereadores aponta para a necessidade de ampliar alguns mecanismos de preservação diante da pressão urbana sobre áreas ambientais do extremo sul da cidade.

Conservação ambiental

Os autores afirmam que a medida apresentada na Câmara Municipal busca estabelecer diretrizes para conservação ambiental, proteção da biodiversidade e ordenamento territorial. O projeto também menciona a preservação de remanescentes da Mata Atlântica e de áreas ligadas à bacia hidrográfica da represa Guarapiranga.

A região de Embura-Jaceguava concentra parte das áreas verdes preservadas da capital paulista na Zona Sul e integra



Os textos discutidos na Comissão seguem para as próximas etapas do processo legislativo

territórios classificados como áreas de proteção de mananciais. O local possui baixa densidade urbana em comparação com outras regiões da cidade de São Paulo e vem sendo alvo de debates relacionados ao avanço de ocupações consideradas irregulares e à expansão urbana.

Atividades humanas e econômicas na área

As Áreas de Proteção Ambiental são categorias de unidades de conservação previstas na legislação ambiental brasileira. Nesse modelo, são permitidas atividades humanas e econômicas, desde que submetidas a regras específicas de preservação e uso sustentável do território.

Durante a reunião, a comissão também analisou outros projetos ligados a planejamento urbano, meio ambiente e organização territorial do município. O colegiado é responsável pela avaliação de propostas re-

lacionadas a temas como zoneamento, uso e ocupação do solo, habitação, infraestrutura urbana e preservação ambiental.

A aprovação do parecer favorável na comissão representa uma etapa da tramitação legislativa e não significa aprovação definitiva do projeto discutido. Após passar pelas demais comissões, a proposta ainda precisará ser votada pelos vereadores em plenário. Caso aprovada, seguirá para sanção ou veto do Executivo municipal.

Ocupação desordenada

A discussão sobre preservação ambiental em áreas periféricas da capital ocorre em meio ao crescimento urbano em regiões próximas a mananciais. Técnicos e órgãos ambientais apontam que a ocupação desordenada nessas áreas pode gerar impactos sobre abastecimento hídrico, drenagem urbana e preservação de vegetação nativa.

Extremo sul de SP

Nos últimos anos, propostas voltadas à ampliação de mecanismos de proteção ambiental no extremo sul da cidade de São Paulo têm sido debatidas na Câmara Municipal e em órgãos ligados ao planejamento urbano. A região concentra parte dos principais reservatórios responsáveis pelo abastecimento de água da capital paulista.

Próximos passos regimentais

Além do projeto relacionado à APA de Embura-Jaceguava, a Comissão de Política Urbana da Câmara aprovou pareceres sobre outras matérias em tramitação na Casa. Os textos seguem para as próximas etapas do processo legislativo conforme o rito interno da Câmara Municipal de São Paulo e ainda deverão passar por novas análises técnicas antes da votação final em plenário.

Enel e SP Regula explicam gestão de calçadas em comissão do Legislativo

Maria Clara García | REDE CÂMARA SP

Representantes da Enel e da SP Regula participaram nesta quinta-feira (28) de uma reunião da Subcomissão de Calçadas e Mobilidade a Pé da Câmara Municipal de São Paulo para prestar esclarecimentos sobre intervenções em calçadas e a fiscalização de serviços realizados na capital.

O encontro reuniu vereadores e técnicos ligados à infraestrutura urbana para discutir problemas relacionados à manutenção de passeios públicos após obras executadas por concessionárias de serviços. Parlamentares relataram reclamações de moradores sobre calçadas danificadas, dificuldades de acessibilidade e demora na recomposição de áreas afetadas por intervenções na rede elétrica.

Durante a reunião, a SP Regula apresentou detalhes sobre o

papel da agência na fiscalização dos contratos de concessão e no acompanhamento de serviços públicos executados na cidade. Técnicos explicaram que o órgão atua na mediação entre concessionárias e administração municipal para garantir o cumprimento de normas previstas em contratos e regulamentações.

A Enel detalhou procedimentos adotados em obras de manutenção e expansão da rede elétrica, além de informar como funciona o processo de recuperação das calçadas após intervenções. Representantes da empresa afirmaram que equipes realizam a recomposição dos passeios e disseram que a concessionária busca ampliar a integração com órgãos municipais para reduzir impactos na circulação de pedestres.



O encontro foi marcado por questionamentos de vereadores

Os vereadores cobraram maior coordenação entre concessionárias, Prefeitura e órgãos fiscalizadores para evitar danos recorrentes às calçadas. Também foram discutidos mecanismos de

fiscalização e possíveis medidas para acelerar reparos em regiões com grande fluxo de pessoas.

A discussão faz parte dos trabalhos da Subcomissão de Calçadas e Mobilidade a Pé,

criada neste ano pela Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal. O colegiado vem realizando reuniões com representantes do poder público, empresas e especialistas para debater responsabilidades sobre manutenção e acessibilidade nos passeios públicos da capital.

Entre os temas discutidos estão obras subterrâneas, arborização urbana, drenagem, acessibilidade e impactos de intervenções feitas por concessionárias de serviços públicos. Os parlamentares defendem a criação de mecanismos que ampliem a integração entre empresas e órgãos municipais para reduzir problemas enfrentados por pedestres.

A subcomissão informou que novos encontros devem ocorrer.